



Comissão aprova diretrizes do Orçamento; Plenário vota hoje

Acordo entre parlamentares da base do governo e da oposição permitiu aprovação de texto-base e 16 destaques ontem à noite

O Plenário do Congresso Nacional aprecia às 10h de hoje o relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Acordo entre o relator, deputado Márcio

Reinaldo Moreira, e líderes partidários prevê mudanças em Plenário que não haviam sido contempladas em emendas ou destaques para votação em separado. A aprovação da LDO é pré-requisito para que o Congresso entre em recesso de 19 a 31 de julho. **3**



Relator da LDO, Márcio Moreira, e presidente da CMO, Vital do Rêgo: parecer aprovado com acordo sobre destaques

Ana Volpe/Senado Federal

Brasil sem Miséria garante mais R\$ 1 bilhão **3**

Pagot admite erros, mas nega corrupção

Aconteceram erros, mas houve muito mais acertos nos 1.156 contratos de obras rodoviárias geridas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), afirmou ontem o diretor-geral, Luiz Antônio Pagot, em

depoimento de mais de cinco horas no Senado. Pressionado pela oposição, por causa das denúncias da imprensa, ele admitiu "graves problemas" em diversas licitações, mas negou o uso do órgão para fazer caixa eleitoral. **5**

Vanessa diz que Pará precisa de segurança **6**

Só Estado reduz violência contra mulher, dizem debatedores **8**



Pagot (à dir., ao fundo, ao lado de Lúcia Vânia e Rodrigo Rollemberg) participa de audiência conjunta da CI e da CMA

José Cruz/Senado Federal

Reforma administrativa do Senado chega à CCJ **2**

Suécia enfrentou drogas com política de tolerância zero

Resultados da política de tolerância zero adotada pelo país em relação ao tráfico e ao

consumo foram relatados ontem pela embaixadora da Suécia em debate no Senado. **7**



Embaixadora Annika Markovic, com o senador Wellington Dias

CCJ aprova novo prazo para adesão a precatórios **3**

CPI do Ecad ouve motorista usado como "laranja" **8**

CAE amplia limite para o regime de lucro presumido

Projeto aprovado em decisão terminativa eleva limite de receita bruta anual das empresas

de R\$ 48 milhões para R\$ 78 milhões. Valores não eram reajustados desde 2002. **4**



Eduardo Braga (E) e Delcídio do Amaral conversam durante a reunião da CAE

Donivan Marinho/Senado Federal

Lia de Paula/Senado Federal

Segundo Suplicy, o presidente da comissão, Eunício Oliveira, informou que proposta será examinada pelo colegiado provavelmente em agosto

Relatório da reforma administrativa já está na CCJ

O RELATÓRIO FINAL da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa foi entregue ontem pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), respectivamente presidente e relator do colegiado, ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE). O texto, aprovado pela subcomissão no dia 6, será analisado pela CCJ e depois remetido ao Plenário. – Ele [Eunício Oliveira] nos transmitiu que, durante o mês de agosto, a comissão vai, provavelmente, apreciar e votar essa matéria. Será agora a oportunidade para que os senadores possam examinar a proposição e também apresentar sugestões – disse Suplicy. Durante quatro meses, a subcomissão discutiu o projeto (PRS 96/09) que reformula a estrutura do Senado, tendo como base estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Conforme ressaltou



Ricardo Ferraço (C) e Eduardo Suplicy (E) entregam a Eunício Oliveira projeto que promove reformulação da estrutura do Senado, com base em estudo da FGV

Ricardo Ferraço, em discurso no Plenário, o grupo procurou incorporar novos métodos para ampliar a transparência e a democracia na gestão da Casa.

O projeto reduz as funções comissionadas de 2.072 para 1.129, possibilitando a economia

de R\$ 28 milhões por ano, e os cargos comissionados de 1.538 para 1.220, resultando na economia de R\$ 62 milhões anuais. Também promove a fusão das 38 secretarias em apenas seis, racionalizando o organograma para evitar superposição de funções.

Senadores querem reordenar agenda das comissões

A reorganização dos trabalhos das comissões permanentes do Senado voltou a ser reivindicada pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, ao final da última reunião antes do recesso parlamentar. O assunto foi abordado por Lindbergh Farias (PT-RJ), que preside a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Lindbergh acredita que o problema deve ser discutido com o presidente José Sarney. Para ele, as comissões devem seguir os dias e horários de reuniões definidos pelo Regimento Interno, para evitar o esvaziamento dos trabalhos.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), também acha necessário disciplinar melhor o funcionamento das comissões temáticas.

– Hoje [ontem], vai ter comissão funcionando até às 22 horas. Esta é uma coisa fora de qualquer lógica, de qualquer bom senso – avaliou Delcídio.

Aécio prevê acordo para votar PEC das MPs logo após recesso

Relator da PEC que altera o rito das medidas provisórias (PEC 11/11), Aécio Neves (PSDB-MG) disse ontem que a votação da proposta deverá ocorrer logo após o recesso parlamentar de julho. Para chegar a acordo, ele deve abrir mão de sua proposta de criação de comissão mista para julgar a admissibilidade das MPs (pressupostos de urgência e relevância), atribuindo a responsabilidade às comissões de Constituição de Justiça da Câmara e do Senado.

– É o compromisso do presidente Eunício [Oliveira] de que a PEC 11/11, que eu estou relatando, seja o primeiro item da pauta da CCJ após o recesso – afirmou.

O novo texto elaborado por Aécio foi aprovado na CCJ no início de maio, enviado ao Plenário, de onde voltou à CCJ para exame de emendas.

A PEC foi apresentada pelo senador José Sarney (PMDB-AP) com o objetivo de fixar prazo para a tramitação de MPs na Câmara e no Senado,

viabilizando a análise mais aprofundada de cada medida provisória.

Aécio incluiu em seu parecer a criação de uma comissão mista formada por 12 deputados e 12 senadores que julgaria a relevância e a urgência das MPs, condição para que as matérias fossem então votadas pelo Plenário de cada Casa. As emendas de Plenário modificam essa proposta do relator. A emenda que atribui às CCJs da Câmara e do Senado a decisão sobre admitir ou não uma MP é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Já Walter Pinheiro (PT-BA) quer eliminar o juízo prévio de admissibilidade e resgatar o texto original, que mantém regra em vigor prevendo a avaliação dos pressupostos de urgência e relevância no momento do exame das MPs pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Em sentido oposto, Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou emenda para ampliar os poderes da comissão mista proposta pelo relator.

Eunício comemora produção da CCJ no primeiro semestre

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresentou na reunião de ontem um balanço das atividades do colegiado no primeiro semestre. Segundo ele, em 26 reuniões, foram aprovadas 187 matérias: 11 propostas de emenda à Constituição, 17 projetos de lei do Senado e 13 projetos de lei da Câmara, além de requerimentos, projetos de resolução e outras matérias.

– Não deixamos de fazer nenhuma reunião por falta de quórum – ressaltou Eunício, que agradeceu a colaboração do vice-presidente da comissão, José Pimentel (PT-CE), e dos demais integrantes da CCJ.

Ao final, Eunício Oliveira recebeu cumprimentos dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aécio Neves (PSDB-MG) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Concurso de Redação enfatiza a cidadania e a democracia

A quarta edição do Concurso de Redação do Senado Federal terá como tema “O Brasil que a gente quer é a gente quem faz”. A intenção do concurso é trazer uma reflexão sobre o processo democrático e o exercício da cidadania.

Serão escolhidos os melhores textos em três momentos: na escola, no estado e no país. O autor da melhor redação em cada estado representará sua unidade da Federação na fase

final do concurso, em Brasília.

O envio das redações dos estados para o Senado poderá ser feito até 30 de setembro. No dia 16 de novembro, os 27 finalistas serão premiados em cerimônia no Congresso. Durante três dias, também participarão do Projeto Jovem Senador e terão a oportunidade de atuar como senadores, representando o estado, simulando todo o processo legislativo, com a elaboração e a aprovação de leis.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Correção da tabela do IR tranca pauta

14h A pauta continua trancada pela medida provisória (MP 528/11) que corrige em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

Presidência Sessão do Congresso Nacional

10h José Sarney preside a sessão do Congresso que vai votar o projeto de LDO para 2012, no Plenário da Câmara dos Deputados. Às 11h, reúne-se com o presidente da Câmara, Marco Maia, além de outras autoridades. Compareça, às 12h, a missa em homenagem ao senador Itamar Franco e, às 16h, preside a sessão plenária.

CCT Debate sobre a faixa de 450 MHz

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debate a licitação da faixa de radiofrequência de 450 MHz para oferecer cobertura telefônica e de internet às regiões rurais e menos habitadas.

CAS Profissão de optometrista

9h A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública para debater a regulamentação da profissão de optometrista com especialistas da área.

CDH Estatuto da Criança e do Adolescente

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate o Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre os convidados da audiência, a secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmen Silveira de Oliveira, e a representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier.

Missa Homenagem a Itamar Franco

12h O arcebispo emérito de Brasília, cardeal dom José Freire Falcão, celebra missa em intenção do senador e ex-presidente da República Itamar Franco, falecido no dia 2 deste mês.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



Aécio Neves (à dir., de pé, com Humberto Costa) informa que presidente da CCJ, Eunício Oliveira, colocará rito das MPs como primeiro item da pauta

CCJ aprova reabertura do prazo de adesão a regime de precatórios

Proposta que reabre o prazo de adesão ao regime especial de precatórios, instituído pela Emenda Constitucional 62/09, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e segue para o Plenário.

O autor, Valdir Raupp (PMDB-RO), explica que a EC 62 abriu aos estados, municípios e ao DF a opção pela adesão ao regime especial de precatórios, que vincula a sua quitação à disponibilidade orçamentária da entidade federada.

O prazo de adesão, no entanto, se encerrou em 10 de março de 2010, 90 dias após a publicação da emenda, período insuficiente para a adesão de diversos estados e municípios. Com a PEC 63/11, Raupp propõe que o prazo seja reaberto a partir da aprovação e publicação da PEC, indo até 31 de dezembro de 2012. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou substitutivo para explicitar que a proposta reabre e não prorroga o prazo.

CAE aprova vinda de presidente do BNDES para explicar fusão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem dois requerimentos para que o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, preste esclarecimentos sobre a política industrial do banco e sua possível participação na fusão entre o Pão de Açúcar e o Carrefour. Dois outros requerimentos, que ampliariam o tema em debate, tiveram a votação adiada para agosto.

A possibilidade de o BNDES não mais financiar a fusão, noticiada ontem, não impediu a aprovação de requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Requerimento de Lindbergh Farias (PT-RJ), também aprovado, pede explicações de Luciano Coutinho sobre a política de desembolso, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a política industrial do BNDES.

Os requerimentos adiados, dos senadores Demóstenes Torres (DEM-GO), José Agripino (DEM-RN) e Alvaro Dias (PSDB-PR), visam incluir no debate o presidente do Pão de Açúcar, Abílio Diniz, e o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Fernando Furlan, entre outros.

Servidor federal pode receber adicional por risco de vida

Além dos adicionais pela realização de atividades insalubres, perigosas ou penosas, o servidor público federal poderá passar a receber adicional de risco de vida. A CAE abriu essa possibilidade ao aprovar, ontem, projeto de lei (PLS 173/08) de Paulo Paim (PT-RS). A matéria ainda será votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo explicou Paim no PLS 173/08, o adicional será devido aos servidores que atuam na área de segurança. Apesar de a Lei 8.112/90 já reconhecer esse direito, a falta de regulamentação estaria dificultando a compensação financeira nesses casos.

O servidor federal com direito a algum desses adicionais terá de optar pelo de insalubridade, periculosidade ou de risco de vida. A vantagem cessa com a eliminação dos fatores de risco profissional que motivaram sua concessão.

Comissão Mista de Orçamento aprova texto-base e 16 destaques ao relatório final do deputado Márcio Reinaldo Moreira. Acordo de lideranças partidárias prevê alterações para votação em Plenário, hoje

Líderes fecham acordo e aprovam diretrizes orçamentárias para 2012

A COMISSÃO MISTA de Orçamentos (CMO) concluiu ontem à noite a votação do substitutivo do deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012. O texto, que acolheu integralmente 11 destaques e outros cinco de forma parcial, deverá ser analisado hoje em sessão do Congresso Nacional marcada para as 10h. A votação da matéria deverá ocorrer às 17h, segundo previsão dos líderes partidários.

As modificações, que fazem parte de acordo entre o relator da LDO e as lideranças partidárias, deverão ser referendadas em Plenário, que precisa aprovar a proposta orçamentária para que tenha início o recesso parlamentar do Legislativo – que neste ano será de 19 a 31 de julho.

O substitutivo estabelece que, em 2012, o setor público deverá ter uma meta de déficit nominal que não poderá ultrapassar o equivalente a 0,87% do produto interno bruto (PIB). O governo também deverá evitar que suas despesas correntes subam a um patamar superior ao crescimento dos investimentos.

Uma das modificações acatadas, proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), assegura recursos para atender a uma política de ganhos reais aplicada a aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, a ser definida no futuro entre as centrais sindicais e os representantes dos aposentados.

Foi aprovado também projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que estabelece a apresentação de demonstrativo bimestral da execução de obras realizadas diretamente pelo governo federal, discriminando a unidade orçamentária, o programa de trabalho, os valores acumulados, o objeto e a localidade.

Outra mudança prevê que o Poder Executivo desenvolverá, até o final de 2012, banco informatizado de projetos de investimentos para acompanhar a execução dos projetos da União em



Senadores Walter Pinheiro e Vital do Rêgo, presidente da CMO: acordo de líderes permitiu aprovação

andamento, bem como para amadurecer novos planos.

Também foi acatada pelo relator alteração que diz respeito à fiscalização das obras com indícios de irregularidades pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Pela proposta, essas informações serão

encaminhadas ao Congresso Nacional após decisão monocrática ou colegiada do tribunal, que deverá ocorrer em no máximo 40 dias, contra 50 da proposta original. Dentro desse prazo, um período de 15 dias, em vez dos 20 dias da versão inicial, deverá ser assegurado para a manifestação preliminar dos gestores das obras.

Proposta da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), igualmente aprovada, estabelece que a vedação de verbas públicas não se aplica a eventos culturais tradicionais de caráter público realizados há cinco anos ininterruptos.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) também teve iniciativa acatada, estabelecendo que serão consignadas na lei orçamentária e nos créditos adicionais as emissões de títulos da dívida pública do Tesouro Nacional, quaisquer que sejam a finalidade e a forma da emissão, e a despesa a que fará face.

Texto aprovado limita meta do setor público para o ano que vem a 0,87% do PIB

Acatado crédito de quase R\$ 1 bilhão para programa Brasil sem Miséria

A CMO aprovou ontem crédito suplementar de R\$ 999,1 milhões em favor dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social (PLN 3/11). O dinheiro será utilizado na instituição do programa Brasil sem Miséria, com ações que visam superar a situação de extrema pobreza da população em todo o país.

A aprovação do projeto, que ainda será examinado pelo Plenário do Congresso, foi bastante criticada pela oposição, para a qual um crédito suplementar no valor de quase R\$ 1 bilhão, em plena vigência do Orçamento atual, aprovado no final de 2010, seria um claro indício da falta de planejamento e de programação adequada por parte do governo.

A CMO também aprovou crédito de R\$ 48,9 milhões em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público. Os recursos, previstos no PLN 9/11, são destinados a diversos projetos em execução, como construção de fóruns trabalhistas e ampliação de cartórios, aquisição de imóveis, draga-

gem de portos e assistência jurídica a pessoas carentes.

Outro crédito aprovado, no valor de R\$ 38 milhões, beneficia as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e o Ministério Público da União para reforço de dotações constantes da lei orçamentária em vigor. O montante será usado no aprimoramento na armazenagem de processos, modernização de instalações judiciárias e conclusão de obras, entre outras.

Também foi aprovado requerimento do deputado Wellington Roberto (PR-PB) para a criação de um grupo de trabalho para acompanhar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo para a realização da Copa do Mundo de 2014. O requerimento foi aprovado com voto contrário dos senadores Jayme Campos (DEM-MT) e Cyro Miranda (PSDB-GO). A votação desse requerimento foi seguidas vezes obstruída pela oposição, sob o argumento de que a criação do grupo representa uma superposição de funções, já que a CMO tem comitê encarregado de avaliar, fiscalizar e controlar a execução orçamentária.

Plenário aprova empréstimos para RJ e São José dos Campos

O Plenário aprovou ontem três pedidos de empréstimos externos com aval da União, sendo dois para o Rio de Janeiro e um para São José dos Campos (SP). Os projetos haviam sido avaliados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora seguem para promulgação.

O primeiro empréstimo aprovado, de até US\$ 112 milhões, será contratado entre o governo do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional).

O objetivo é aumentar as oportunidades de emprego, receitas e divisas geradas pelo setor turístico por meio da consolidação e da diversificação da proposta turística do Rio de Janeiro.

Também foi aprovada contratação de até US\$ 485 milhões entre o estado do Rio de Janeiro e o Banco Mundial (Bird) para financiar o Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável (Prohdums).

Os senadores aprovaram, ainda, operação de crédito externo de até US\$ 85,6 milhões entre São José dos Campos (SP) e o BID, para financiar parcialmente o programa de estruturação urbana do município, que inclui obras de infraestrutura, remanejamento de famílias de áreas de risco e a construção de parques urbanos na cidade.

Eduardo Suplicy (PT-SP) assinalou a importância do empréstimo para o desenvolvimento da cidade e elogiou o voto favorável do relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), que, junto com Romero Jucá (PMDB-RR), pediu urgência para votação em Plenário.

Programação monetária

Depois de aprovados os empréstimos externos, a Comissão de Assuntos Econômicos confirmou parecer de Romero Jucá pela aprovação da programação monetária para o segundo trimestre de 2011.

Jucá ressaltou ainda que a manifestação da CAE sobre essa programação servirá de base para sua aprovação ou rejeição pelo Congresso Nacional.

Desde 2002 o governo não atualiza os valores máximos pelos quais as empresas podem optar por esse regime simplificado de tributação do Imposto de Renda

CAE aprova ampliação para limites do lucro presumido

O LIMITE DE receita bruta anual para que as empresas tenham chance de optar pelo regime de tributação do Imposto de Renda com base no lucro presumido poderá passar de R\$ 48 milhões para R\$ 78 milhões, segundo proposta aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto de lei (PLS 319/10) também amplia de R\$ 4 milhões para R\$ 6,5 milhões – multiplicado pelo número de meses de atividade do calendário anterior – o valor mínimo para enquadramento no lucro presumido, quando o período a ser computado for inferior a 12 meses.

Segundo o autor do projeto, o então senador Alfredo Cotait, a última atualização nos valores foi feita em 2002, e a nova ampliação “vai evitar que empresas sejam excluídas desse regime ou não possam optar pelo mesmo”. Os novos números, segundo ele, são baseados na inflação apurada entre dezembro de 2002 e novembro de 2010, mais a estimativa para 2011, segundo o Banco Central.



Delcídio Amaral, presidente da CAE (E): projeto atualiza o sistema tributário

Ao apresentar voto pela aprovação da proposta, o relator, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), argumentou que uma demora maior em atualizar a legislação tributária federal (Lei 9.718/98) poderia trazer muitos prejuízos a vários segmentos.

– Perderiam as empresas menores, sem a possibilidade de simplificação no cumprimento das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda; perderia o Fisco, pois o benefício ao contribuinte significa também a

economia e a otimização de procedimentos para a administração pública; e perderia a própria economia do país, com a menor diferenciação de tratamento entre grandes e pequenas empresas – afirmou o relator.

Os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Armando Monteiro (PTB-PE), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Delcídio do Amaral (PT-MS) reconheceram a importância da medida para desburocratizar o sistema tributário brasileiro.

Dornelles elogia sanção de projeto que cria a Eireli



Francisco Dornelles (PP-RJ) cumprimentou a presidente Dilma Rousseff pela sanção do projeto aprovado pelo Congresso

que cria a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli). A presidente sancionou a nova lei na segunda-feira.

O senador ressaltou as vantagens da Lei 12.441/11, que permite ao sócio-dono investir sem arriscar seu patrimônio pessoal e, liberando-se da obrigatoriedade de ter um sócio minoritário detentor de 1% das ações da limitada, pode, assim, evitar a figura do “laranja”. Isso, avalia Dornelles, garante maior segurança ao empreendedor.

– É nessa opção também que se coloca a figura do laranja, aquela figura usada para esconder o verdadeiro responsável por alguma ação. Ao proteger o patrimônio pessoal, a lei vai dar mais segurança para o empreendedor se arriscar no mercado.

Alteradas regras de sociedades limitadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que atualiza os artigos do Código Civil (Lei 10.406/02) que se referem às sociedades limitadas e às normas para rompimento dos vínculos societários.

Em 15 artigos, o projeto de lei (PLC 118/07) do então deputado Luiz Carlos Hauly tem 15 artigos e, segundo o relator Cícero Lucena (PSDB-PB), reformula diversas normas que regem a sociedade limitada e algumas que regem a sociedade anônima.

De acordo com o senador, a lei em vigor preferiu conferir à sociedade limitada regras que a aproximam de um modelo que exige “grau elevado de confiança e relacionamento pessoalíssimo entre os sócios”, tornando-a obsoleta e impraticável para gerir médias e grandes empresas.

Incentivos para montadoras da fronteira sul

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou projeto de lei do Senado (PLS 38/10) do então senador Sérgio Zambiasi que estende às empresas da indústria automotiva da faixa de fronteira da região Sul os incentivos fiscais estabelecidos na Lei 9.440/97.

O projeto prevê a concessão, entre outros benefícios, de isenção de impostos na importação de máquinas, redução de impostos na importação de matérias-primas, além de redução de IOF nas operações de câmbio para pagamento dos bens importados, desde que sejam utilizados no processo produtivo.

Após estimativa da renúncia fiscal decorrente da aprovação da proposta, o Poder Executivo apresentou demonstrativo anexo ao próximo projeto de lei orçamentária, de cuja aprovação dependeria a entrada em vigor da lei.

O parecer favorável da senadora Ana Amélia (PP-RS) segue agora para exame, em decisão terminativa, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Criação de quatro varas do Trabalho vai a Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projetos de lei que criam quatro varas do Trabalho, sendo duas para Alagoas e duas para Santa Catarina. As matérias vão a Plenário.

O PLC 37/11 determina que as duas novas varas do Tribu-

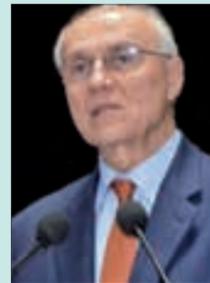
nal Regional do Trabalho da 19ª Região, com jurisdição em Alagoas, sejam instaladas nas cidades de São Miguel dos Campos e União dos Palmares. O relator, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), considera que a população alagoana “será beneficiada com uma

prestação jurisdicional mais ágil e eficiente”.

As varas aprovadas para o TRT da 12ª Região, com jurisdição em Santa Catarina, serão criadas nas cidades de Navegantes e São Bento do Sul. O parecer favorável do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), foi lido por Renan.

Suplicy diz que reunião com Alckmin foi muito produtiva

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou muito produtiva a reunião realizada entre o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, secretários estaduais e as bancadas estaduais no Senado e na Câmara



Eduardo Suplicy

Suplicy disse que foi explicado na reunião que a proposta de redução de alíquotas interestaduais de ICMS para acabar com a guerra fiscal é onerosa para São Paulo e pode estimular a sonegação fiscal, mediante simulação de operações interestaduais. O governador citou a declaração de inconstitucionalidade feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como fator de ampliação da pressão

por convalidação dos benefícios irregulares e alertou para a necessidade de atenção aos projetos de lei que alteram a tributação sobre o comércio não presencial.

Outro tema foi o Fundo de Compensação de Exportações (Lei Kandir). Segundo o senador, foi demonstrado que os recursos destinados ao fundo são insuficientes para cobrir a renúncia de receita decorrente e representa fonte de atrito constante entre estados e União.

Os critérios para a partilha de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), na visão do governador, deveriam ter sido revistos a partir de 1992, o que não ocorreu.

Renovação de acordo melhora trabalho na lavoura de cana

Suplicy saudou a renovação, na semana passada, do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, firmado entre governo federal, trabalhadores e empresários.

De acordo com Suplicy, o pacto servirá de base para a viabilização de um conjunto de ações privadas e públicas com o objetivo de humanizar o trabalho na lavoura da cana,

exercido por 500 mil pessoas. Segundo ele, pelo acordo o contrato de trabalho passará a ser sempre feito diretamente entre o empregador e o empregado, eliminando o intermediário – “o gato”.

Compromissos em saúde, segurança do trabalho, transporte e alimentação possibilitarão uma significativa melhoria nas condições atuais, completou o senador.

Para Kátia, corrupção afeta logística do país

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) criticou a falta de logística do Brasil. Segundo ela, as denúncias



Moreira Matiz/Senado Federal

de corrupção do Ministério de Transporte podem ter relação direta com a falta de logística do país.

A senadora mencionou a existência de obras superfaturadas e cobrou um incremento logístico para “diminuir o custo Brasil”. A senadora defendeu a implantação da hidrovía Tocantins, que, segundo ela, pode agilizar o escoamento da produção de parte da região amazônica. Kátia Abreu citou a estrutura de países como Alemanha, China e Estados Unidos para lamentar a situação de rodovias, ferrovias e portos do Brasil.

A senadora elogiou o artigo “Por que os brasileiros não reagem?”, de Juan Arias, reproduzido no jornal *O Globo*, na segunda-feira. O artigo lembra que, em seis meses, a presidente Dilma Rousseff já afastou dois ministros importantes. O espanhol Juan Arias diz que, no Brasil, não existe o “fenômeno dos indignados”, comum em todo o mundo.

Ana Amélia alerta para risco de desindustrialização

Ana Amélia (PP-RS) avalia que o bom momento da economia brasileira



Moreira Matiz/Senado Federal

tem escondido um processo de desindustrialização acelerado e o alto endividamento dos consumidores. Nos últimos oito anos, disse a senadora, o crescimento econômico foi o menor entre os países integrantes do grupo chamado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China).

– Enquanto a média do crescimento da China nesse período foi de 10,95%; a da Índia, 8,2%; e da Rússia, 4,8%, nós crescemos, em média, somente 4%. Neste ano, o Brasil continua segurando a lanterna do crescimento entre os Bric, só que agora dividindo a posição com a Rússia – observou.

Ana Amélia assinalou que o resultado da balança comercial vem diminuindo desde 2007 e está na faixa dos US\$ 20 bilhões, garantidos pela exportação de *commodities* e produtos industrializados de pequeno valor agregado, que já representam 71% da pauta. Ela apontou que, em 2010, a balança comercial da indústria registrou um déficit de US\$ 37 bilhões.

Blairo Maggi explica recusa a convite para assumir ministério

O senador Blairo Maggi (PR-MT) disse ontem, em discurso, que não pôde aceitar o convite da presidente Dilma Rousseff para assumir o Ministério dos Transportes devido a "impedimentos legais". O senador contou que, ao receber o convite, na quarta-feira passada, conversou com seus familiares e analisou questões empresariais, tomando a decisão de recusá-lo.

Blairo Maggi informou que uma de suas empresas mantém relações com órgãos do Ministério dos Transportes. A Enasa (Empresa de Navegação da Amazônia S.A.), disse o senador, utiliza-se de recursos do Fundo da Marinha Mercante para financiamento de navios e equipamentos de navegação.

– É um impeditivo legal e ético, pois poderia, em determinado momento, ter um conflito de interesses – afirmou.



Blairo Maggi: "A ética é importante e todos devemos observá-la"

O parlamentar revelou, ainda, ter sido alertado para o fato de que toda a estrutura da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) está vinculada ao Ministério dos Transportes. A agência faz concessão de portos privados, e as empresas de Maggi têm negócios no setor.

– A ética é muito importante e todos devemos observá-la – declarou Maggi.

Simon: Dilma pode inaugurar novo modo de fazer política

Ao comentar as recentes denúncias de irregularidades no Ministério dos Transportes, Pedro Simon (PMDB-RS) considerou acertada a decisão da presidente Dilma Rousseff de afastar de seus cargos agentes públicos citados em denúncias. Para o senador, a presidente tem todas as condições de inaugurar no Brasil "um novo modo de fazer política", escolhendo para cargos no Executivo apenas cidadãos sobre os quais não pare dúvida com relação a desvios de conduta.

– A presidente Dilma Rousseff, tendo como exemplo prático o Ministério dos Transportes, tem que providenciar a melhor de todas as inaugurações de seu governo: a de um novo modo de fazer política, sob pena de ela própria alterar a sua história – disse.

Simon se referiu a pronúncia que fez em 22 de

junho, quando sugeriu a Dilma que resistisse à "chantagem de apoiadores em nome da governabilidade e à pressão por nomeações de apadrinhados políticos".

– Resista à corrupção. Resista a negociações de coxias. Resista à indicação de nomes para ocupar cargos sem a devida chancela da moralidade. Resista àqueles que se protegem sob o manto da impunidade.



Senador conclama a presidente a resistir a pressões por nomeações

Mozarildo pede devassa em repasses para Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou, em discurso, do novo ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, uma devassa nos repasses feitos pela pasta ao estado de Roraima, "que é o menor e que tem menos quilômetros de rodovia, mas que recebeu mais de R\$ 500 milhões só no período de 2007 para cá". Ele disse que, muito antes da denúncia

publicada pela revista *Veja* sobre fraudes no ministério, já vinha alertando para a possibilidade de irregularidades na transferência de recursos para o estado.

– A partir de 2009–2010, começou a enxurrada de dinheiro para lá. Fiz um pedido de informação, formal, solicitando que fossem colocados todos os recursos para cada rodovia, com o projeto e as respectivas ordens bancárias. E depois, também especificando por rodovia, desdobrada em subelementos de despesa com identificação do beneficiário para cada ordem bancária – afirmou o senador, acrescentando que "já havia suspeitas graves de fraudes, desvio de dinheiro, mas, mais claramente, de roubo do dinheiro das rodovias federais, de modo geral".



Mozarildo: "A partir de 2009–2010 começou a enxurrada de dinheiro"

Responsável pelo Dnit afirma que diferença entre valores iniciais e finais é devida a mudança de escopo, licenciamento do Ibama e tempo decorrido entre projeto e execução

Pagot admite erros, mas nega superfaturamento

O DIRETOR-GERAL DO Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, admitiu ontem que o órgão cometeu muitos erros, mas tem mais acertos do que falhas nos 1.156 contratos de obras rodoviárias sob sua responsabilidade. Ao depor por mais de cinco horas no Senado, ele disse que, numa demonstração de reconhecimento dos "graves problemas" nas licita-

ções, buscou respaldo para suas ações nos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

Como resultado desse esforço, salientou, o número de obras irregulares incluídas no Anexo 6 do Orçamento (impedidas de receber recursos federais) caiu de 21 em 2007 para zero em 2010. O trabalho conjunto com esses órgãos, conforme Pagot,

resultou também na elaboração de edital padrão, com redução de prazos e de problemas nas licitações.

De férias do Dnit, Pagot pode ser demitido do cargo quando retornar ao trabalho em agosto. Ele próprio falou aos senadores que a decisão caberá à presidente Dilma Rousseff e manifestou seu desejo de voltar a trabalhar na iniciativa privada, em projetos na área de transportes.



"Nem tudo nos relatórios do TCU é verdade absoluta"

O diretor-geral respondeu às denúncias de superfaturamento e negou qualquer tentativa de obstrução dos trabalhos do TCU, contestando relatório lido por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

– Nem tudo que está escrito nos relatórios do TCU são verdades absolutas – disse.

Pagot afirmou que, como havia tempo que a presidente Dilma Rousseff não comparecia a uma reunião do comitê gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), não se surpreendeu "que ela tenha se admirado que algumas obras estivessem com escopo bem superior aos registros iniciais".

– Havia obra, por exemplo, que constava no balanço do PAC por R\$ 450 milhões e, no processo licitatório, está agora por R\$ 850 milhões.

A resposta foi dada a Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que citou notícia de que Dilma teria dito que a pasta estaria inviabilizando sua administração com preços inflados de obras rodoviárias.

"Exigências do Ibama é que encarecem obra"

Conforme o diretor-geral do Dnit, a diferença de preços iniciais e finais não é decorrente de superfaturamento, mas de "alteração no escopo da obra". Essa mudança, acrescentou, decorre de condições previstas no licenciamento do Ibama.

Nesse processo, explicou Pagot, são ouvidos órgãos como a Fundação Palmares, a Funai e o Instituto Chico Mendes. A licença prévia, segundo ele, traz uma série "interminável de condicionantes, responsáveis pelo encarecimento da obra".

No caso da BR-101, em Santa Catarina, disse Pagot, essas exigências significaram um desembolso extra de R\$ 1,5 bilhão. Ele argumentou que a diferença entre os valores iniciais e finais pode ser explicada também pela demora entre a programação da obra e sua efetiva execução.

Aloysio vê relação entre partido e empreiteiras

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) citou denúncia do jornal *O Globo*, em que empreiteiras que têm contrato com o Dnit doaram R\$ 6 milhões ao diretório nacional do PR, ao qual Pagot e o ex-ministro Alfredo Nascimento são filiados.

Ainda segundo Aloysio, o TCU apontou sobrepreço no Contorno Norte de Maringá, obra executada por uma empresa que teria feito doação ao PR. O senador questionou Pagot sobre uma suposta relação dos donos da empresa com os ministros Paulo Bernardo (Comunicação) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil).

Pagot sustentou que o PR não utilizou o Dnit para captar recursos e disse que a direção do partido, por seus parlamentares, "deve ter tomado suas providências para obter essas doações".

Garantiu também que não há "uma palavra dita" por ele sobre Gleisi e Paulo Bernardo, que, como ministro do Planejamento do governo Lula, fazia parte do comitê gestor do PAC.

Mais de cem obras estão paralisadas, diz diretor

Mais de cem obras que começaram com dinheiro de emendas parlamentares estão paralisadas, revelou Luiz Antônio Pagot, na audiência pública de ontem. Ele disse não ser mais possível começar obras e não terminá-las. Por isso, pediu empenho do Congresso Nacional na solução do problema.

O diretor-geral do Dnit sugeriu também mudança na legislação para permitir ao órgão estabelecer um limite de obras

por empreiteiro. A maioria das empresas, segundo ele, executa muito mais obras do que sua capacidade.

Pagot defendeu ainda o acesso do Dnit aos dados das empresas para avaliar sua capacidade de execução das obras, para evitar a contratação de empreiteiras sem condições técnicas e operacionais.

Sugeriu também que só sejam licitadas obras de grande porte com o projeto executivo

pronto. A licitação na fase do projeto básico, segundo ele, é uma das razões da elaboração posterior de termos aditivos aos contratos.

Depois de manifestar dúvidas sobre o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), proposto pelo Executivo para as obras da Copa do Mundo, Pagot defendeu a redução nos prazos das licitações públicas e a contratação pelo regime de empreitada global.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadora fez relato de encontro com assentados na região da Nova Ipixuna, onde em maio ocorreram mortes causadas por disputas de terras e extração ilegal de madeira

Pará precisa de segurança e apoio social, diz Vanessa

Para o senador, bioma pode ser solução para a agricultura

Rolleberg: é oportuno a SBPC debater o Cerrado

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) destacou a realização da 63ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Goiânia, com o tema "Cerrado: água, alimento, energia". Para ele, é oportuno discutir as potencialidades do bioma no momento em que o Senado analisa o projeto do novo Código Florestal.

O Cerrado abriga mais de 12 mil espécies de plantas, 4.400 delas endêmicas, capazes de sobreviver à estiagem e às mudanças bruscas de temperatura típicas da região.

– Nos genes dessas plantas pode estar a solução para a agricultura do futuro.

Davim relata visita a projeto do Brasil na Antártida

O senador Paulo Davim (PV-RN) relatou ontem ao Plenário viagem que fez na semana passada à Antártida, integrando uma comitiva interministerial comandada pela Marinha do Brasil, para conhecer o Proantar, programa científico desenvolvido pelo país no continente gelado.

Segundo Davim, o Proantar traz avanços significativos para o Brasil e desempenha papel relevante na comunidade de nações que desenvolvem pesquisas na região. O senador exaltou também o papel da Marinha, responsável pelo projeto, e da Força Aérea Brasileira (FAB), que faz o transporte da equipe.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Paulo Davim afirma que Proantar traz avanços significativos para o país

ALÉM DA APURAÇÃO rigorosa e da punição dos culpados pelas mortes, em maio, de líderes de assentamentos rurais devido a conflitos causados pela extração ilegal de madeira da floresta amazônica, é preciso investir em segurança e em programas sociais para que a região de Nova Ipixuna (PA) deixe de viver o clima de tensão hoje existente.

A opinião é da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que fez ontem, no Plenário, um relato da audiência pública realizada na cidade paraense pela comissão externa formada para acompanhar as investigações dos assassinatos de agricultores

ocorridos no Pará, no Amazonas e em Roraima.

Da reunião no Pará, também participaram o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), sindicalistas e representantes de assentados e de entidades ligadas à terra.

Para Vanessa, é essencial que a polícia conclua os inquéritos e aponte os culpados pelos assassinatos frequentes na região – dos quais 80% estão impunes –, mas também se deve focar nas questões sociais que envolvem os assentados.

Os pequenos agricultores, disse a senadora, sabem que estão cometendo irregularidades,

infringindo a lei e desmatando além dos limites permitidos, mas fazem isso por não ter alternativa para o próprio sustento, de acordo com o que ouviu dos moradores locais que participaram da audiência. Há assentamentos de mais de 14 anos que nem sequer têm um plano de desenvolvimento, observou.

A senadora também informou ter ouvido que o Ibama, em suas fiscalizações, é tão rigoroso com os pequenos agricultores quanto com os grandes, o que seria injusto, por tratar dois desiguais de forma semelhante. Essa postura deve ser mudada, salientou Vanessa.



Divulgação/Cabinete Senadora Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin e Randolfe Rodrigues (no centro da foto) conversam com agricultores e sindicalistas da região

Polícia do Pará denunciada por não apurar mortes

Passados dois meses, as autoridades policiais não conseguem avançar na apuração dos assassinatos do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, mortos no dia 24 de maio no assentamento de Praialta-Piranheira, em Nova Ipixuna (PA). A denúncia foi feita aos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Randolfe Rodrigues (PSOL-PA),

que estiveram em diligência no local na segunda-feira.

Os parlamentares, que só deixaram a região à noite, integram a comissão externa do Senado que acompanha as investigações sobre as mortes por conflitos agrários no Sul da Amazônia. O inquérito, comandado pela Polícia Civil paraense, corre em segredo de Justiça.

Segundo a denúncia, as polí-

cias Civil e Federal não conseguiram avançar nas investigações para chegar aos executores e mandantes dos crimes. "A Polícia Federal parece pouco aparelhada para tocar as investigações e a Polícia Civil demonstra pouco interesse em investir no processo e desvendar os crimes", diz o manifesto encabeçado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Novo Código Florestal ganha página multimídia

A partir de hoje, o cidadão terá mais facilidade para acompanhar todas as notícias e debates em torno do projeto do novo Código Florestal que tramita no Senado. A Agência Senado, em parceria com os demais veículos de comunica-

ção da Casa, desenvolveu uma página especial multimídia que vai concentrar todas as informações sobre o tema divulgadas em áudio, vídeo e texto no Portal do Senado.

A nova página multimídia "Reforma do Código Florestal"

trará a cobertura jornalística dos debates nas comissões e no Plenário sobre o tema, além de agregar outros conteúdos que ajudarão o leitor a acompanhar os debates e entender melhor o assunto, como entrevistas, opiniões e infográficos.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Santiago também lembra aumento dos recursos para investimentos

Santiago elogia juros menores no novo Plano Safra

Wilson Santiago (PMDB-PB) elogiou o lançamento ontem, pela presidente Dilma Rousseff, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012, na cidade de Francisco Beltrão (PR). O senador disse que estão previstas a liberação de R\$ 16 bilhões e a criação de uma política de preços mínimos especial para o setor. Desse total, explicou, R\$ 7,7 bilhões serão para investimentos e R\$ 8,3 bilhões para custeio.

– Além da criação de uma política de preços mínimos específica, outra novidade do plano é a redução dos juros de 4% para 2% ao ano nas operações de investimento – afirmou o parlamentar.

Lídice quer evitar contingenciamento no meio ambiente

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) pediu ontem o apoio para a aprovação, ainda neste semestre, de seu projeto determinando que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira. O PLS 21/11 foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

– Nossa intenção com este projeto é de que, tratando-se de um ministério com recursos tão pequenos, possamos impedir o contingenciamento do orçamento, já tão restrito, em uma área essencial para o desenvolvimento da nação – explicou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Lídice da Mata pede apoio dos senadores para seu projeto

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Paulo Davim • Wilson Santiago • José Pimentel • Paulo Paim

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vídiga, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Para Lindbergh, Furtado anteviu o desenvolvimento sustentável

A visão de desenvolvimento do economista Celso Furtado (1920-2004) e a concepção de desenvolvimento sustentável defendida pela ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva foram exaltadas ontem em Plenário pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Ao prestar homenagem a ambos, o senador apontou a intercessão entre os pensamentos de Furtado e de Marina, citando a obra *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974, em que o economista aponta os impactos do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente, tema então praticamente ignorado pela economia.

– A noção atual de desenvolvimento sustentável representa, em certa medida, uma vindicação do pensamento de

Celso Furtado: não é qualquer crescimento que leva ao desenvolvimento. O crescimento econômico que deve ser perseguido é aquele ecologicamente sustentável, ou seja, possível, durável, realizável – disse Lindbergh Farias.

Em um trecho do livro, Celso Furtado questiona o conceito “ambíguo que carrega definições arbitrárias” do PIB que, avalia o senador, prevalece até hoje: “Por que ignorar, na medição do produto interno bruto, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis, e o dos solos e florestas (difícilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos?”.

Antonio Carlos Valadares defende programa espacial



Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou ontem a política de desenvolvimento espacial adotada pelo governo

Lula e mantida por Dilma Rousseff. O Brasil implantou a Alcântara Cyclone Space (ACS), empresa fruto de uma parceria com a Ucrânia para comercialização e operação de serviços de lançamento de foguetes.

O senador também prestou uma homenagem ao vice-presidente de seu partido, Roberto Amaral, então ministro da Ciência e Tecnologia, responsável pelo empreendimento. O entendimento entre Brasil e Ucrânia permitiu que ambos tivessem autonomia em um mercado que mobiliza cerca de US\$ 30 bilhões por ano.

Humberto celebra Confederação do Equador



Humberto Costa (PT-PE) comemorou os 187 anos da Confederação do Equador – movimento revolucionário que eclodiu em Recife, em 2 de julho de 1824, contra as ameaças à independência política do Brasil e as tentativas de recolonização, feitas pelos partidos conservadores portugueses.

A revolta ocorreu fundamentalmente em razão da frustração dos anseios da população por uma constituição autônoma e liberal que consolidasse a soberania nacional, afirmou. Os revoltosos consideraram inaceitável a decisão do imperador dom Pedro I de dissolver a Assembleia Constituinte e nomear uma comissão para redigir uma constituição.

Jucá comemora prorrogação do Luz para Todos



Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou ontem a prorrogação do programa Luz para Todos, do governo federal, até 2014. Criado em 2003, o programa já havia sido prorrogado até este ano. O senador espera que mais comunidades do seu estado sejam atendidas.

– Vai ser possível atender ainda melhor comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais, reservas extrativistas e muitas regiões que não estão ainda com o atendimento completado – comemorou Jucá.

No mesmo discurso, o senador defendeu a realização de concorrência para a criação de linhas internacionais de ônibus entre Boa Vista e Georgetown, na Guiana.

– Rejeitamos todo e qualquer

Geovani pede incentivo para economia do AP



Geovani Borges (PMDB-AP) fez um alerta para a atual situação econômica do Amapá. O senador afirmou que a crise na região é notória e que é preciso se adotar com urgência um modelo de desenvolvimento para o estado.

– O Tocantins cresceu 33,4%; Roraima, 18,2%; Rondônia, 14,4%; Acre, 14,2%; enquanto o Amapá, no trimestre, cresceu apenas 1%. Os números amapaenses são aflitivos. Também no emprego com carteira assinada, o Amapá amarga a queda de 0,48% nos postos de trabalho, enquanto a média brasileira para os dois primeiros meses de 2011 foi positiva em 1,25% – descreveu o senador Geovani Borges.

Embaixadora Annika Markovic relata para senadores de subcomissão o êxito do combate antidrogas em seu país, que reduziu de 12% para 2% os dependentes

Suécia enfrentou droga com política de tolerância zero

A OPÇÃO POR uma política de tolerância zero em relação ao tráfico e ao consumo de drogas proporcionou à sociedade sueca redução considerável do problema nas últimas décadas. A afirmação foi feita ontem pela embaixadora da Suécia, Annika Markovic, ao relatar em audiência pública a política antidrogas que o seu país adotou, a partir de 1968, com a criação de uma legislação restritiva.

Desde a introdução da nova postura, a legislação passou por mudanças que a tornaram a mais rígida de toda a Europa, classificando o tráfico como o principal crime entre os relacionados às drogas, disse a embaixadora na audiência promovida pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais Sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros. Annika Markovic destacou que seu país saiu de um patamar de 12% de dependentes químicos, na década de 1980, para 2% atualmente.

– Rejeitamos todo e qualquer

tipo de droga não medicamentosa e não aceitamos a integração das drogas em nossa sociedade – afirmou.

Rigor

A embaixadora disse que, ao contrário da tendência mundial para a descriminalização do uso de drogas, na Suécia a prática é considerada crime. Desde 1993, a pena para o usuário, mesmo que dependente, é a prisão. Ela assinalou que a lei prevê a possibilidade de o usuário condenado optar pelo tratamento de reabilitação, mas esse deve ser um ato voluntário.

Ela destacou que, caso o usuário represente perigo a si próprio ou às pessoas a sua volta, pode ser forçado a fazer o tratamento por até seis meses. Ao final desse período, deve escolher se quer continuar o tratamento ou ir para a prisão.

– Desde o início, o tratamento visa preparar o usuário/dependente para retornar ao convívio social, incluindo trabalho comunitário e terapêutico.

Sempre observando a segurança da sociedade – salientou.

Annika Markovic afirmou que a opção pela tolerância zero foi uma decisão unânime da sociedade sueca e a política antidrogas se tornou uma prioridade nacional.

Respondendo à senadora Ana Amélia (PP-RS), a embaixadora frisou que a lei faz diferenciação entre as drogas não medicamentosas e o álcool e o tabaco. O uso desses dois não é considerado crime, mas há uma campanha permanente para diminuir o consumo entre os jovens. Alegando não ser especialista em legislação, a embaixadora se comprometeu a enviar à subcomissão mais detalhes sobre as leis suecas que regem a política antidrogas.

O presidente da subcomissão, Wellington Dias (PT-PI), disse que existe a possibilidade de os membros do colegiado viajarem no segundo semestre à Suécia e outros países para conhecer os sistemas de controle, prevenção e tratamento.



Na audiência, Maria Iracema (tradutora), Annika Markovic (C) e senador Wellington Dias, presidente da subcomissão

Marinor quer investigar sumiço de verbas da saúde

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) anunciou ontem que seu partido pretende recorrer à Procuradoria-Geral da República para que se investigue por que vários estados deixaram de cumprir os percentuais constitucionais de destinação de recursos à área de saúde.

Conforme a parlamentar, órgãos de auditoria do governo descobriram que os estados só investiram, de 2004 a 2008, R\$ 103,4 bilhões no setor, e que houve um mascaramento de R\$ 11,6 bilhões, aplicados em outras áreas. No Pará, por exemplo, gastou-se R\$ 59,9 milhões em programas de valorização do servidor, mas os servidores da saúde do estado continuam a receber salários miseráveis, segundo a senadora.

Marinor lamentou que, mesmo depois das denúncias, o governo não tenha tomado medidas para investigar mais seriamente o destino dos recursos que deixaram de ser investidos em questões prioritárias, como a melhoria do atendimento do SUS, na urgência e emergência e no atendimento de alta complexidade. A Emenda Constitucional 29 determina que os estados invistam no sistema público de saúde no mínimo 12% de suas receitas.



Marinor Brito

É preciso investir nos metais do futuro, diz Luiz Henrique

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu que o Brasil não perca a oportunidade de explorar suas reservas de minerais de terras raras – um conjunto de 17 elementos químicos, vários dos quais atualmente utilizados na fabricação de produtos de alta tecnologia. Produtos como TVs digitais, equipamentos de ressonância magnética, tomógrafos, LEDs, I-pads e I-pods, entre outros, são fabricados a partir desses 17 metais não ferrosos como európio, disprosio, térbio e neodímio. No futuro, disse o senador, eles poderão até mesmo fabricar produtos sofisticados como carros híbridos.

A exploração desse tipo de minério é dominada pela China, que responde por 97% da produção, com 120 mil toneladas ao ano, informou Luiz Henrique, segundo o qual o mercado mundial desses minerais movimentou US\$ 2 bilhões em 2010. Em 2012, observou, esse patamar deve atingir US\$ 9 bilhões, se a demanda continuar no ritmo atual.

Ele disse ter ouvido de um produtor nacional que existiriam reservas de 20 mil toneladas de monazita, um dos minerais de terras raras, no país, que, até o momento, tem se mantido afastado da produção.



Luiz Henrique

Jornalista falará sobre corrupção na Fifa

O jornalista britânico Andrew Jennings, autor do livro *Jogo sujo, o mundo secreto da Fifa*, deverá participar em agosto de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para falar sobre denúncias de corrupção no futebol. O convite, sugerido pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Paulo Bauer (PSDB-PR), foi aprovado ontem pela comissão.

Essa deverá ser a primeira de uma série de audiências sobre a Copa a serem promovidas pela CE. Por sugestão da senadora Ana Amélia (PP-RS), a comissão realizará um ciclo de

audiências sobre a 1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014.

– Este é o momento propício para ampliarmos a exposição do Brasil no mundo e sinalizarmos, de maneira positiva, nossa capacidade gerencial e organizacional – afirmou Ana Amélia.

A CE também aprovou a realização do Fórum de Capacitação de Mercados Criativos para a Copa de 2014, proposto por Cristovam Buarque (PDT-DF). O objetivo é o de estimular o desenvolvimento de produtos criativos que sejam vendidos aos turistas.



O vice-presidente da CE, Paulo Bauer (E), quer ouvir autor do livro *Jogo sujo*, sobre a Fifa

Cientista social cobra políticas públicas para reduzir violência contra a mulher

Debate na CDH avalia resultados de estudo da Fundação Perseu Abramo e do Sesc, mostrando que maioria sofre agressões e discriminação no mercado do trabalho. Até homens admitem que sociedade brasileira é machista

É NECESSÁRIO IMPLANTAR políticas públicas voltadas à redução da violência contra as mulheres ou se continuará apenas a relatar números e dados estatísticos, alertou a cientista social Tatau Godinho, da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores (PT), em audiência pública que discutiu o estudo *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*, com foco na violência.

O debate foi promovido pela Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A pesquisa, realizada em 2010 pela fundação, em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc), abordou, além da violência doméstica, temas como machismo, trabalho, tempo livre, mídia, sexualidade, saúde e política.

Tatau Godinho disse que mulheres entrevistadas em todo o Brasil afirmaram sofrer violência doméstica e discriminação no mercado de trabalho. Para elas, os meios de comunicação, especialmente as novelas, incentivam o machismo e a violência contra as brasileiras. Essa violência, segundo a especialista, pode ser física ou psicológica.

De acordo com o estudo, disse a cientista, 90% dos homens consideram a sociedade brasileira machista e 74% dos deles afirmaram não se considerarem nessa condição.

O ex-senador e presidente do Sesc-DF, Adelmir Santana, observou que o estudo poderá servir como instrumento para embasar a apresentação de proposições em benefício das mulheres.

Para Ana Rita (PT-ES), as políticas devem ser dirigidas também aos homens. Ela sugeriu a realização de campanhas informativas, assim como investimento em educação. Cristovam Buarque (PDT-DF) acredita que é na escola que se começa a ensinar machismo.

Marta Suplicy (PT-SP) disse que as crianças são expostas a modelos de violência. Em qualquer desenho animado, observou, os conflitos são resolvidos com violência. Segundo ela, historicamente as mulheres sofrem violência; o diferencial, agora, é que estão tendo coragem de denunciar seus agressores.



Tatau Godinho (E), Ângela Portela e Adelmir Santana: machismo na sociedade só acaba com ênfase na educação

Violência continua a crescer, diz Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR), presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, acredita que, apesar da aprovação da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher no ambiente doméstico continua a crescer. A avaliação baseia-se em pesquisa de vários institutos, segundo os quais quatro em cada dez mulheres brasileiras já foram agredidas por companheiros.

Em duas das pesquisas mencionadas pela senadora, aparecem indicadores quase idênticos: 40% das mulheres admitem ter sofrido algum tipo de violência doméstica e familiar.

– O espaço que cabe às mulheres, numa sociedade de tradição patriarcal e machista

como a brasileira, precisa ser conquistado com muita luta e, na maioria das vezes, com muita dor também. Somos quase 52% da população e do eleitorado do país, 40% da força de trabalho. Nos bancos das universidades, as mulheres representam mais de 62% das vagas e, ainda assim, o papel que nos cabe nesta sociedade é de meras coadjuvantes – afirmou.

Pesquisas

Conforme Ângela Portela, a pesquisa *Percepção sobre a Violência Doméstica*, do Instituto Avon e da Ipsos, mostra que 47% das mulheres entrevistadas em questionário sigiloso admitiram terem sido agredidas fisicamente dentro de sua própria casa.

Homens também foram entrevistados e 38% assumiram ter agredido devido ao álcool ou por ciúmes, sendo que 12% confessaram tê-lo feito sem qualquer motivo. Um dado coincide, segundo a senadora, com outras pesquisas realizadas: a maioria de homens e mulheres afirma conhecer a Lei Maria da Penha, que adota diversas medidas de proteção à mulher.

– As mulheres admitem que se recusam a deixar os homens por medo e por falta de condições de obter o próprio sustento – explicou. Ângela Portela mencionou também pesquisas feitas pelo DataSenado, a cada cinco anos, sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.

CPI do Ecad ouvirá motorista usado como “laranja”

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para investigar denúncias de irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) aprovou ontem 56 requerimentos de audiência pública e solicitações de documentos que podem servir como provas para as conclusões da comissão. Entre os convidados para a primeira audiência, está o motorista Milton Coitinho dos Santos, cujo nome teria sido usado para o recebimento irregular de valores do Ecad.

Coitinho era apontado como suspeito de ter recebido mais de R\$ 120 mil por composições de outros autores. Encontrado

pela imprensa, negou o recebimento dos valores e negou conhecer Bárbara de Mello Moreira, que se apresentou como sua procuradora para receber os pagamentos. Ela também deve ser ouvida. Além dos dois, será convidada Marisa Gandelman, diretora executiva da União Brasileira de Compositores (UBC), entidade na qual foi feito o registro do motorista.



O presidente Randolphe e o relator Lindbergh: CPI retoma trabalhos no dia 2

O relator da CPI, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), informou que a primeira audiência pública da comissão deve ocorrer no dia 2 de agosto.

Marta indica Ayres Britto para comenda



Marta Suplicy (PT-SP) indicou o ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal

(STF), para receber a Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara. A senadora disse que a comenda seria um reconhecimento à atuação do ministro em defesa dos direitos humanos e elogiou a simplicidade e a honestidade do magistrado, e suas posições na defesa dos direitos de cidadania e das ações afirmativas.

Wellington elogia aceleração da Transnordestina

Wellington Dias (PT-PI) elogiou a decisão do governo de acelerar as obras da Ferrovia Transnordestina, que interligará a região ao Sudeste e ao Centro-Oeste.

– É uma obra que vai gerar naquela região algo em torno de 1.200 empregos, mudando completamente a economia – afirmou. Reunião na segunda-feira, em Teresina, com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, definiu a aceleração das obras, afirmou.

O senador disse esperar que a ferrovia esteja pronta em 2012.

Paulo Paim homenageia os 200 anos de Bagé

Paulo Paim (PT-RS) homenageou a cidade de Bagé (RS), que completa 200 anos no próximo domingo. De manhã, a Câmara realizou sessão de homenagem ao município, com a presença do prefeito Luiz Eduardo Colombo.

O senador informou que as festividades na cidade ocorrem desde o dia 1º de julho. Conhecida como a Rainha da Fronteira, Bagé tem 117 mil habitantes e uma economia baseada na pecuária, agricultura e comércio.